

ATA DA SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA, EM
08-8-2016.

Aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis, reuniu-se, no Plenário Ana Terra do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Bernardino Vendruscolo, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Fernanda Melchionna, Guilherme Socias Villela, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Paulo Brum, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Adeli Sell, Aírto Ferronato, Delegado Cleiton, Dinho do Grêmio, Dr. Thiago, João Bosco Vaz, Jussara Cony, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Paulinho Ruben Berta, Rodrigo Maroni e Waldir Canal. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 161/16 (Processo nº 1593/16), de autoria de Aírto Ferronato; e o Projeto de Resolução nº 034/16 (Processo nº 1698/16), de autoria de Delegado Cleiton. Ainda, foi apregoado Requerimento de autoria de José Freitas, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia oito ao dia nove de agosto do corrente. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Juliane Emmert da Silva, representando a Escola Especial para Surdos Frei Pacífico, que se pronunciou, em Língua Brasileira de Sinais, com interpretação e tradução de Janaina Viegas, sobre a escola especial e a inclusão das pessoas com deficiência. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Sofia Cavedon, Bernardino Vendruscolo, Fernanda Melchionna, Tarciso Flecha Negra, Jussara Cony, Paulo Brum e Dr. Thiago manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Tarciso Flecha Negra. Após, por solicitação de Sofia Cavedon, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Adriana Perdomo. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e cinquenta e seis minutos às quatorze horas e cinquenta e sete minutos. Em continuidade, foi apregoado Requerimento de autoria de Mario Manfro, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia oito ao dia dez de agosto do corrente. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cláudio Janta, Sofia Cavedon, Paulinho Ruben Berta, Adeli Sell, Delegado Cleiton, Idenir Cecchim e Dr. Goulart. Após, constatada a inexistência de quórum deliberativo, deixou de ser realizada a ORDEM DO DIA. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Adeli Sell, em tempo cedido por Mauro Pinheiro, e Márcio Bins Ely. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 246/15; em 2ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 138, 139 e 155/16 e 178/15, este discutido por Adeli Sell, e o Projeto de Lei do Executivo nº 019/16. Às dezesseis horas e três minutos, constatada a inexistência de quórum, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para

a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Guilherme Socias Villela e secretariados por Idenir Cecchim e Paulo Brum. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. José Freitas solicita Licença para Tratamento de Saúde nos dias 08 e 09 de agosto de 2016.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Escola Especial para Surdos Frei Pacífico, que tratará de assunto relativo à Escola Especial e a inclusão das pessoas com deficiência. A Sra. Juliane Emmert da Silva está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

A SRA. JULIANE EMMERT DA SILVA: (Exposição na língua de sinais. Tradução simultânea por Janaina Viegas.) Boa tarde a todos. É um prazer estar aqui. Cumprimento a Mesa, cumprimento todos. Eu nasci surda em função de minha mãe ter contraído rubéola durante a gestação. Ainda criança, mudamos para Sapiranga-RS motivados pela possibilidade de estudar em uma escola especial para surdos. Aprendi falar português pela insistência e paciência do meu pai. Quando meu pai morreu, eu tinha 11 anos e, como muita força de vontade e persistência, passei a buscar sozinha melhorar o meu português falado. Fiz o 1º Grau na Escola Especial para Surdos São Mateus, em Sapiranga, e o 2º Grau Magistério em turma que tinha cinco surdos e uma intérprete, numa proposta de inclusão. Iniciei minha vida profissional no magistério na mesma escola onde fiz o 1º Grau. Eu me formei nessa escola e daí já tive experiência em vários lugares de ensino, em instituições, em empresas, onde me esforcei e aprendi bastante. Trabalhei muito dentro da Escola Especial para Surdos Frei Pacífico, onde iniciei minha caminhada, tive muito contato com surdos – foi maravilhoso, eu sou muito feliz por isso.

O início da convivência com pessoas diferentes é muito importante, é um momento único na nossa vida, mas não dá para falar sobre educação inclusiva. Por que não falar sobre isso? Devemos falar sobre educação em geral, sobre a qualidade da educação, o acolhimento dessa educação dos diferentes, o estímulo, o respeito com o outro. O professor tem que ser capaz de ver um aluno, enxergar esse aluno e conseguir compreender. Ver o limite dessa deficiência? Não; mas, sim, a capacidade, a habilidade desse aluno. Tem que aproveitar essas diferenças, os tipos de diferenças – por exemplo, intelectual –, aprender o significado, com foco, e só se aprende no foco do limite.

O Plano Nacional de Educação Especial – PNEE quer mudar esse paradigma sobre o assunto de inclusão social. Hoje, a gente percebe que as escolas sociais não têm essa convivência. A Declaração de Salamanca avisa que todas as crianças precisam ter uma aprendizagem única, mas esse sistema de educação da

inclusão precisa acolher qualquer tipo de deficiência – física, intelectual, social, emocional e linguística –, diferentes tipos de deficiência. Então eu percebo que a lei e a prática estão um pouco distantes. Nós precisamos que a educação seja complementar a isso, que tenha um significado de verdade, com objetivos para melhorar a qualidade da educação. Não é apenas uma resposta quantitativa, mas qualitativa.

O movimento social objetiva que o sistema de educação tenha um novo projeto pedagógico junto com o AEE, abrindo possibilidades de novos currículos e de gestão pessoal, para que as famílias e os alunos sejam acolhidos nessas escolas e para que a escola seja regular. Mas não podemos obrigar esse aluno, porque ele tem o direito de escolher onde quer. Tem que ser numa escola onde o aluno se sinta acolhido. A Escola Especial para Surdos Frei Pacífico é uma escola inclusiva, porque, além da língua dos sinais com as crianças surdas, nós temos surdos com outras deficiências também. Nós temos estrutura para acolher esses alunos. A Escola Frei Pacífico tem três espaços especiais: a escola, que é uma escola bilíngue, que segue esse currículo; a clínica, que é o atendimento focado para pessoas surdas e ouvintes; e o centro social, onde há vários projetos sociais para o convívio, união e cidadania dessas pessoas incluídas.

Todos os profissionais da Escola Frei Pacífico são fluentes em Libras, na língua primeira e na segunda língua, ou língua dois, que é a escrita em português. Dentro dessa clínica, os alunos, as famílias têm o atendimento focado com diversos profissionais, onde têm consultas de audiometria, fonoaudiologia, psicológicas, vários atendimentos. No centro social, há vários projetos sobre a língua de sinais, com oficinas para crianças, jovens e adolescentes surdos, oficina de informática, de reciclagem, com parceria com a FASC. Também no centro social temos oficinas de artesanato, de gastronomia, cursos de libras, para as famílias e cursos para a comunidade em geral.

A escola tem uma estrutura própria para apoiar esses alunos, bem como alunos com outras deficiências também. Alguém vai dizer que isso está errado, mas se não atendermos, estaremos excluindo esse outro grupo. Esse pensamento tem que mudar. Os alunos, professores, os surdos, funcionários, ouvintes, todos juntos têm que estimular essa língua, essa relação, principalmente, porque essa escola especial é regular, é igual. Nós já sabemos que, na Educação, a inclusão não está dando certo, porque o professor não está preparado para acolher essas crianças com deficiências. Ainda não temos escolas com a acessibilidade que precisamos, a adaptação curricular ainda não está completa.

O Decreto nº 5626/2005, que regulamenta a Lei de Libras, diz que o sistema de educação precisa ter uma escola bilíngue, uma escola de inclusão. E como organizar essa escola bilíngue, nessa comunidade? Por isso que nós - e alguns familiares - vamos às escolas, e a gente percebe que eles não têm esse acolhimento em outras escolas. Então, eles precisam aprender, realmente, e isso não está sendo a inclusão. Nós precisamos respeitar esse tipo, o cognitivo de cada criança, o emocional de cada um. E a gente continua observando que as pessoas deficientes estão, na verdade, não sendo incluídas, mas sim excluídas, porque elas, tradicionalmente, consideram como um trabalho normal, igual para todos, e não é assim. Pela interpretação dada no texto da

LDBEN – 9.394/95 expressa que a educação das pessoas com deficiência, “preferencialmente”, se dará na rede regular de ensino. Nós estamos num caminho muito distante ainda desse sistema de educação inclusiva. Nós não somos capazes ainda de conseguir e precisamos aprender como conseguir isso. Cada pessoa tem o direito, dentro da escola, assim como a Escola Frei Pacífico, de ter acesso, ter um foco nessa aprendizagem, de incluir esse aluno dentro da escola, de criar objetivos e discutir essa inclusão. A escola junto com os professores, com a família, com os alunos, e também junto com os movimentos sociais que têm interesse, e o foco na inclusão escolar de trabalhar junto com isso e conseguir um trabalho bem feito. E a proposta do plano nacional, da Educação Municipal, Estadual, de ensino e de ensino básico, LDBEN, também na Resolução nº 13, do próprio Decreto Municipal da Educação de Porto Alegre, junto com a Educação Especial, o Sistema Municipal de Ensino têm que estar todos juntos.

Então, todos nós somos convidados a participar desse Fórum do Movimento sobre a Inclusão. Temos essa luta, nessa inclusão, e a escola de responsabilidade e a escola especial para surdos. Convido a todos para assistirem ao vídeo que será exibido logo a seguir. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Muito obrigado, Professora. Convido a Sra. Juliane Emmert da Silva e a Professora Janaina Viegas para fazerem parte da Mesa conosco.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Villela, queria cumprimentar com muito carinho a oradora que abre a semana da inclusão escolar na Câmara Municipal. Semana esta que nós criamos, por meio da Lei nº 11.039/2011. Esta lei foi assinada por mim, mas foi uma construção do Fórum pela Inclusão Escolar, composto por entidades, por escolas públicas, por escolas privadas, uma delas, a Frei Pacífico, que aqui está. Esta Câmara tem a alegria de receber o colégio, a instituição Frei Pacífico, que é bem mais do que uma escola, é clínica e ação social. Queria cumprimentar a Juliane Emmert da Silva e, na sua pessoa, cumprimentar todas as professoras, as mães, os pais, alunos, alunas e funcionários que aqui estão. Também quero cumprimentar, na pessoa da Andreia Cesar Delgado, que representa o Conselho Municipal de Educação, as demais entidades que compõem o Fórum pela Inclusão, cumprimentar a Prof.^a Dineia, da nossa rede municipal. Eu diria que a nossa rede municipal é vanguarda, lidera este movimento que defende a combinação da escola especial, mas uma escola que se modifica, uma escola inclusiva, que faz intercâmbio e diálogo com as redes como um todo. Ela ainda é uma escola necessária para a transição que esta sociedade

tem que fazer, para garantir a todos os alunos e alunas, a todos os meninos e meninas, aos jovens estudantes a escola mais adequada para o seu desenvolvimento pleno.

Eu não posso me alongar, mas, em relação à Semana, eu quero dizer que nós temos uma exposição das escolas especiais, das instituições no *hall* de entrada. Teremos, na quarta-feira, uma quarta temática; teremos, na quarta à noite, um seminário, já a segunda edição do seminário. Quero encaminhar dizendo que a Escola Frei Pacífico nos dá uma grande lição: é a sociedade que tem deficiência, não são as pessoas que têm deficiência. Nós precisamos alterar a sociedade por conta disso em relação à acessibilidade física, cultura, discriminação, técnicas, currículos, enfim, porque não é só a educação que tem que fazer a inclusão, pelo contrário, toda a sociedade tem que ser diferente para acolher a diferença.

Em relação aos surdos, na verdade, nós é que não somos alfabetizados, porque a língua a que nós estamos assistindo aqui é belíssima, é uma língua como é a portuguesa, como são as demais línguas. E a defesa da escola bilíngue, onde a primeira língua é a de sinais, a língua de Libras, é a defesa que fazemos de forma muito veemente. Quero parabenizar, então, essa militância, essa luta da Escola Frei Pacífico junto com a Escola Salomão Watnick, no processo do CMET – Centro Municipal de Educação dos Trabalhadores Paulo Freire, que foi o primeiro que acolheu turmas para alfabetização em Libras, uma linda história das surdas e dos surdos na cidade de Porto Alegre. Obrigada, Ver. Villela, que seja uma linda semana. Parabéns à Escola Frei Pacífico.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Obrigado, Ver.^a Sofia. O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Na mesma linha, quero cumprimentar a Juliane e a todos que aqui estão e dizer que este é o trabalho do Vereador. Os Parlamentares que tomaram a iniciativa de trazer essa parcela da sociedade para esta Casa merecem os nossos cumprimentos. E não posso deixar de salientar neste momento, Presidente Villela, que nós, Vereadores, não temos capacidade de fazer leis para dizer quem é ou não deficiente. E quando falo, faço referência a um projeto que está em Pauta. Então, temos que ter um pouco de responsabilidade, sob pena de vendermos para a sociedade algo que nós não temos capacidade de entregar. Mas esta Casa deve, sim, movimentar-se nesse sentido, através da TVCâmara, mostrando essa capacidade ou essas dificuldades no sentido de contribuir para a sociedade de um modo geral e, especialmente, para vocês. Nossos cumprimentos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Obrigado, Ver. Vendruscolo. A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Quero cumprimentar a Professora Juliane Emmert, e na pessoa dela, a Mesa, o Ver. Villela, e sobretudo a comunidade escolar que nos acompanha, os pais, os estudantes maravilhosos, que inclusive alguns estavam no vídeo; o Conselho Municipal de Educação; o nosso Fórum de Inclusão, e dizer que foi muito bonita a apresentação de vocês. Primeiro, quero apoiar esta Semana da Inclusão Escolar, que é muito importante e que bom que ela é aqui na Câmara de Vereadores, começando com a tribuna, com a exposição, com a Quarta Temática, a permanente luta pela inclusão escolar nas instituições que garantem que a gente mantenha a ideia da inclusão, mas, ao mesmo tempo, respeite e valorize a educação especial. Precisamos de espaços que possam, de fato, ajudar em todo o processo de ensino e aprendizagem, não uma inclusão que não seja, de fato, com as escolas ainda sem as condições para garantir a inclusão escolar. Foi uma bela luta feita pelo Fórum de Inclusão, em 2009, se não me engano, pelas escolas do Município, com instituições como a Frei Pacífico.

Então eu quero referendar e apoiar essa luta permanente e dizer da emoção de ver o vídeo de vocês, um dos belos vídeos que nos emocionou na tarde de hoje, mostrando esse trabalho maravilhoso da equipe, da comunidade, dos professores e dos alunos maravilhosos que vocês têm.

Vida longa à instituição. E contem conosco, da Bancada do PSOL, comigo e com o Ver. Alex, para todas as lutas em defesa da educação, em defesa desse direito das pessoas com deficiência, em defesa de uma educação com qualidade, de uma educação que ensine, como bem falou a Ver.^a Sofia, uma linguagem que, infelizmente, nós deveríamos aprender na escola também, para garantir que se fale essa linguagem maravilhosa que permitiria maior comunicação entre todos nós.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, e depois prossegue em Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Presidente, Vereadores e todos que nos assistem, quero cumprimentar a oradora Juliane e dizer que, desde que entrei como Vereador na Câmara Municipal de Porto Alegre, sempre foi e sempre será a minha bandeira a inclusão pela educação, pelo esporte e pela cultura. Eu ouvi a fala da Juliane e me entristeceu muito, mas eu vou continuar lutando, porque eu sei que a única maneira de inclusão, de formar o cidadão será essa.

Escrevi aqui um pequeno texto, que gostaria de ler, porque fiz visitas a alguns colégios e eu me senti muito triste, muito magoado, mas acho que o nosso sonho

a gente não pode parar de ter. Nós temos que buscar com muita luta, garra, tranquilidade e humildade. Minha bandeira, como Parlamentar, sempre foi a inclusão da criança e do adolescente através da educação e do esporte, sempre acreditei nisso. Essa sempre foi a minha luta. É muito importante o trabalho que é feito na Escola Especial para Surdos Frei Pacífico. As escolas especiais são os lugares mais adequados para a educação de pessoas com deficiências e necessidades educacionais especiais. A educação especial é a melhor forma de educar as crianças com qualquer tipo de deficiência, sendo a melhor maneira de inserir esses alunos na sociedade. As escolas especiais acolhem as crianças com algum tipo de problema e os tratam como cidadãos, coisa que não acontece na maioria das escolas regulares. Na grande maioria das escolas regulares, as crianças com algum tipo de deficiência se sentem excluídas, pois não são tratadas da mesma forma, os conteúdos curriculares são tantos que tornam os alunos, professores e pais reféns de um programa que pouco abre o espaço para os talentos dessas crianças. Quem não acompanha o conteúdo, está fadado à exclusão e ao fracasso, isso ocorre não somente com a criança com deficiência. As escolas trabalham com um padrão de aluno, que quem não se encaixa nele, fica de fora. A educação especial é a modalidade de ensino que tem como objetivo quebrar as barreiras que impedem as crianças de exercerem a sua cidadania. Por isso, é sempre importante destacar o trabalho que é feito na Escola Especial para Surdos Frei Pacífico. Tudo isso que falei aqui, eu vivi durante os meus sete anos de mandato, o qual, em dezembro, completo o oitavo ano. Isso me deixa muito triste, Vereadores: Janta, Paulinho Ruben Berta, Cleiton, Nedel, Cecchim, Mauro, Sofia, Goulart, Paulo, Maroni, Dinho, porque é uma luta que nós todos estamos vendo com as Olimpíadas, o esforço, a vontade, a garra pela medalha, pela bandeira, pelas cores do seu País. E nas Paralimpíadas, as pessoas com deficiência, isso emociona, essas pessoas buscam sempre um sonho, que é o mais importante na nossa vida, sonhar e buscar. Então, isso me entristece muito, Juliane, e eu tenho certeza de que eu vou continuar lutando por uma inclusão para todos. Eu só acredito no País de 1º Mundo que trata bem os seus filhos, não importando suas deficiências, suas cores ou suas religiões, não importa qual. O País que trata bem o seu povo será um País de Primeiro Mundo. Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Obrigado, Ver. Tarciso Flecha Negra. A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. JUSSARA CONY: Em primeiro lugar, eu cumprimento os componentes da Mesa e, de uma forma muito especial, a Escola Especial para Surdos Frei Pacífico e a Juliane Emmert da Silva, que é, sem dúvida, um grande exemplo de superação para todos nós; cumprimento os familiares e as crianças que estão aqui. A Juliane me deu a compreensão do significado de nós buscarmos a visão a partir exatamente dos conhecimentos: cognitivo, emocional, que é um conhecimento também,

e eu acrescentaria também a pujança da espiritualidade das pessoas. Inclusão na escola regular, do ponto de vista bilíngue, a nossa grandiosa língua portuguesa e grandiosa língua dos sinais, porque ela acompanha a grandiosidade da língua portuguesa nas transversalidades das relações humanas de respeito às diferenças, de entendê-las como um conhecimento, uma superação para que possamos evoluir essas relações, empoderando as diferenças a serem absorvidas não como o são pela sociedade, na discriminação, pelo contrário, no combate ao enfrentamento a todas as formas de discriminação e exclusão daqueles que são considerados diferentes pela sociedade, mas que têm em si uma enorme potencialidade. E essa moça, essa professora nos dá a dimensão dessa potencialidade, enfim, experiências que possam ser vivenciadas democraticamente para garantir uma sociedade onde as diferenças naturais não continuem a se perpetuar em desigualdade políticas, econômicas, sociais, culturais e humanas, inclusive; que seja um fator de democracia e de direito. Portanto, o significado dessa aula que estamos tendo aqui, sob o ponto de vista de políticas públicas que deem conta da dignidade, que sejam amplamente democratizadas de uma parcela importante da sociedade que, inclusive, contribui para o nosso desenvolvimento econômico.

Acho que é uma aula extremamente importante para nós para que possamos, como Vereadores, estar intimamente ligados na busca da democratização, que eu diria, do ensino e das relações humanas.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Paulo Brum está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. PAULO BRUM: Sr. Presidente, em nome da minha Bancada do PTB, quero cumprimentar a Sra. Juliane Emmert da Silva, que representa aqui este momento de distinção da nossa Escola Especial para Surdos Frei Pacífico; cumprimentar também os professores, os diretores, as mães, as crianças com deficiência, que se fazem presentes neste ato. Quero saudar e cumprimentar a minha colega, Ver.^a Sofia Cavedon, autora da lei que criou a Semana Municipal da Inclusão Escolar, Lei nº 11.039/2011, e dizer que aqui, sim, é o espaço para que possamos discutir a inclusão das pessoas com deficiência, em especial, falando da inclusão escolar.

Nós, pessoas com deficiência, lutamos muito para escrever os nossos direitos e, a partir da Constituição de 1988, nós escrevemos nossos direitos. A luta agora é contínua, é permanente, é diária para fazer valer esses direitos. Ano passado, nós nos reunimos para discutir, agora, queremos fazer cumprir aquilo que nós conseguimos escrever. Então, nós queremos parabenizar toda a direção da Escola Frei Pacífico e dizer que nós estamos juntos nessa luta, que é cotidiana, é de todos nós para buscarmos a tão sonhada inclusão social. Parabéns a vocês, que Deus nos proteja.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Obrigado, Ver. Paulo Brum. O Ver. Dr. Thiago está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. DR. THIAGO: Cara Sra. Juliane Emmert da Silva, falo em nome da bancada do Democratas, em meu nome, no do Ver. Reginaldo Pujol e do Ver. Dinho, falo também em nome do Ver. Cláudio Janta, do Solidariedade. E quero lhe dizer que vários aspectos que a senhora citou aqui nós observamos no nosso cotidiano: a dificuldade da inclusão, que foi nominada por muitos colegas, a luta que é de todos nós, mas em especial do Ver. Paulinho, do Ver. Bernardino Vendruscolo, que também é portador de grande deficiência ocular. Dentre as situações que a senhora comentou, uma me chama muito a atenção, que foi sobre o seu pré-natal, que a sua deficiência auditiva veio em decorrência disso, mostrando, mais uma vez, a importância que devemos dar à prevenção da saúde e à execução de um pré-natal adequado. A rubéola congênita - o Ver. Dr. Goulart, que também é médico e, certamente, me afiança isso – infelizmente, ainda nos nossos dias, é um grande mal, assim como a sífilis congênita. Então da importância de nós promovermos a saúde através da vacinação. A vacinação da rubéola congênita é fundamental. Detecção precoce de sífilis e do HIV, Ver. Bernardino, é importantíssima. E é importante que nós tenhamos esses pré-natais executados com qualidade, um grande problema que a cidade de Porto Alegre precisa enfrentar de forma melhor do que tem enfrentado ultimamente. Parabéns pela sua luta, conte conosco na sua causa.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Obrigado, Ver. Dr. Thiago.

A SRA. SOFIA CAVEDON (Requerimento): Presidente, eu gostaria que, neste início da Semana de Inclusão, pudéssemos encaminhar um minuto de silêncio no dia de hoje, sem prejuízo de alguma outra homenagem, em homenagem à Professora Adriana Perdomo, uma professora da inclusão da escolar, das escolas especiais, uma professora que estava organizando esta Semana da Inclusão Escolar e que veio a óbito. Gostaria de solicitar à Presidência que pudéssemos encerrar esta Tribuna Popular com um minuto de silêncio em homenagem à Professora Adriana Perdomo.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Agradecemos a presença da Juliane Emmert da Silva e da Janaina Viegas. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h56min.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela – às 14h57min): Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Mario Manfro solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 08 a 10 de agosto de 2016.

O SR. IDENIR CECCHIM (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que o período de Grande Expediente seja transferido para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, uso esse período para voltar a falar do tema que tratamos, na quinta-feira, sobre a segurança pública. O índice de assassinato nas nossas vilas, nos nossos bairros e na nossa Cidade voltou a aumentar. A barbárie saiu da periferia e veio para o Centro de Porto Alegre, onde uma pessoa teve a sua mão amputada. Ela estava furtando e amputaram a sua mão com um facão. Vejam ao cúmulo que nós chegamos. Faltam palavras para dizer sobre o jeito que está sendo tratada a nossa segurança pública. O vídeo desse fato se espalhou imediatamente nas redes sociais. Foi um absurdo a forma como isso foi feito, e a pessoa ficou na rua. Isso se vê diariamente na periferia de Porto Alegre, as pessoas sendo esquartejadas. O Ver. Mauro Pinheiro trouxe outro exemplo aqui na quinta-feira, mostrando a foto de um corpo esquartejado na Timbaúva, na região da Mário Quintana, onde, nesse fim de semana, duas pessoas sumiram. Os tiroteios que perseguem a cidade de Porto Alegre, onde várias comunidades mantêm o toque de recolher, onde a insegurança reina de forma absoluta, onde são feitos arrastões. E aí, pasmem: as notícias da imprensa foram de que tudo foi normal. Invadiram e roubaram um *shopping center*, essa atrocidade toda e as notícias da imprensa diziam que tudo foi normal, que não houve nada irregular. Se isso não é irregular, meu Deus, o que estão esperando acontecer? Eu acho que a imprensa não tem que ser sensacionalista; agora, não pode tapar o sol com a peneira, não pode esconder da população de Porto Alegre o que está acontecendo, isso é visto a olho nu. Hoje em dia, com as redes sociais, eu acho que não podemos estar tapando o sol com a peneira.

Há um clima de insegurança total em Porto Alegre, e eu acho que os nossos governantes, em nível federal, estadual e municipal, têm que tomar providências. Não dá mais para a população viver sem segurança. Não dá mais para chefes de família, trabalhadores viverem sem segurança. As pessoas não podem viver sem segurança, quando chegam em casa, os mercados, minimercados, as lojas fecharem às 18h porque tem toque de recolher na periferia de Porto Alegre; as pessoas não poderem comprar um pacote de arroz, um litro de leite porque a periferia de Porto Alegre está em estado de sítio.

E a imprensa dizer que não houve nada? Duas pessoas foram mortas dentro de um ônibus na Av. Antônio de Carvalho. O final da Av. Ipiranga foi fechado. A Rua Tenente Ary Tarragô foi fechada. E, aí, não houve nada. Houve, sim! E está acontecendo. E Porto Alegre... Foi fechada, sim, Ver. Idenir Cecchim, a Ary Tarragô, por 30 minutos, com um grande tiroteio. Eu moro a uma quadra paralela à Rua Ary Tarragô e eu ouvi da minha casa o grande tiroteio. As coisas acontecem em minutos, eles fecham a avenida, fazem um tiroteio, roubam o que têm que roubar e vão embora. O sistema é o do Rio de Janeiro: dois carros na frente e uma caminhonete com armamento pesado, fazem o que têm que fazer, executam quem têm que executar e vão embora. Pegam e vão embora. Acho que é o momento. Nós não queremos ver cidades seguras durante jogos de futebol, nós não queremos ver cidades seguras em momentos em que o mundo inteiro está olhando para a cidade, como nas Olimpíadas, quando há eventos. Estava um monte de brigadiano, um monte de segurança dentro dos estádios de futebol, e esta segurança tem que estar nas vilas de Porto Alegre, dando garantia e segurança para os trabalhadores e para suas famílias. Acho que o Governo já comprovou que não tem condições de dar segurança para o povo de Porto Alegre, então é obrigação da Guarda Nacional vir para o Rio Grande do Sul, da Guarda Nacional vir para Porto Alegre. E não adianta trazer brigadiano do Interior, não adianta desvestir um santo para vestir outro. É obrigação do Estado garantir a integridade do povo. O povo da periferia não aguenta mais essa insegurança. Os trabalhadores precisam manter a sua segurança, e isso chegou no Centro de Porto Alegre, onde a mão de uma pessoa - não interessa o que ela estava fazendo, não estou aqui defendendo - foi decepada em público, na frente de todo o mundo. Olha o Estado a que chegamos. Com muita força, fé e solidariedade, nós exigimos que os governantes deem segurança para o povo de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Obrigado. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereador-Presidente, acho que tem toda a razão o Ver. Janta em colocar o espanto aqui. Não é possível nós concordarmos com que, no Brasil, se instale, se siga e se prossiga com pena de morte e com justiça pelas próprias mãos. Estamos vivendo uma situação de violência sem igual, e mostramos nesta tribuna que, em Porto Alegre, no primeiro semestre, foram mais de 400 assassinatos. Isso era na semana passada. Em relação ao primeiro semestre do ano passado, 50 a mais. E no ano passado, já 50 a mais. Temos uma centena a mais do que há dois anos, ou seja, está se agudizando, piorando, se degradando a qualidade de vida e a condição de sobrevivência das pessoas. Como alternativa, eu quero aqui registrar que nós não estamos parados, fizemos várias indicações no primeiro semestre; a Cidade tem sim como ter o cercamento eletrônico articulando os dois centros de observação, que são os do Estado, da Secretaria Estadual, e a Municipal, entre outras medidas, como a

retomada dos Territórios da Paz. No entanto, há um tema que eu selecionei, Ver. Adeli, para falar hoje, porque me pareceu bem importante, porque nós fizemos aqui vários debates sobre o tema dos *royalties* dos petróleo, sobre a Petrobras, alguns achando que ela está quebrada, outros achando que isso e aquilo. Essa é uma riqueza imprescindível da sociedade brasileira que dá ao Brasil um século de autonomia em produção de energia, um século! E a Famurs está fazendo um movimento que eu quero aplaudir, porque aqui aprovei com V. Exas., com 24 votos, colocamos na Lei Orgânica, Ver. Cláudio Janta, que os *royalties* que chegarem a Porto Alegre vão para a Educação e vão para a Saúde. E a Famurs está brigando por eles. Hoje está nos jornais que o Rio Grande do Sul já perdeu R\$ 1 bilhão em *royalties*, porque o debate da nova legislação dos *royalties* do petróleo está na Justiça, e a Justiça Federal procrastina para tomar a decisão. Então, R\$ 1 bilhão em três anos, 4 meses e 21 dias. E coloca bem aqui o Presidente da Famurs, que vai pressionar. E aqui quero fazer uma fala na tribuna dizendo que Porto Alegre deve pressionar a nossa Cidade, na figura do seu Prefeito. Vamos encaminhar uma Moção para que nós possamos votar na Câmara e para remeter ao Tribunal Federal, precisamente, no Supremo Tribunal Federal, a Ministra Carmem Lúcia já tem posição, já tem parecer, já deveria ter sido votada uma ação de inconstitucionalidade que, obviamente, os estados produtores se rebelaram para não ter a partilha com o conjunto dos Estados brasileiros e Municípios. Rio de Janeiro quer ficar com a grade mesada que tinha a Guanabara. E é justo, na minha avaliação, que todo o País receba, não é porque o petróleo ou pré-sal, que é o petróleo abaixo da camada de sal, está localizado em determinada parte do País, que apenas um...

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Nem para todo o mundo é óbvio, muita gente tinha dúvida do que se tratava, por que era pré-sal. Então, voltando, tentando me concentrar, o que eu queria dizer era quanto a esses recursos, distribuídos de forma igualitária, inclusive, num percentual maior; esta lei determina um percentual maior que vai para a União, que redistribui para Estados e Municípios. O direcionamento que se conquistou com a mobilização nas ruas em 2013 foi de 75% para a educação e de 25% para a saúde, ou seja, é vinculado, e os Estados e Municípios têm que ter lei própria destinando para isso. Porto Alegre já tem essa lei, inclusive, na Lei Orgânica, Ver. Delegado Cleiton. Eu acho que nós temos que entrar na luta que a Famurs está fazendo para que o Supremo Tribunal Federal homologue, termine o processo que busca a ADin da legislação que redistribui essa riqueza para o País todo. São recursos para Estados e Municípios que estão com dificuldades muito grandes; em especial, Municípios, pela descentralização dos serviços, têm uma justiça muito grande ao colocar recursos do pré-sal, do nosso petróleo, para políticas públicas em educação e saúde. Então, Presidente, eu encerro, dizendo que esta Casa deve apoiar a Famurs na sua luta, que Porto Alegre não pode mais, como o Estado do Rio Grande do Sul, continuar perdendo os *royalties* do petróleo, que podem vir para a educação e para a saúde, e que a nossa parte, nós já fizemos. Nós já temos legislação como manda, como diz a lei em questão, que cada

Município terá que ter a determinação da legislação própria. Então, nós estamos na linha justa, eu acho que esta Câmara deve ajudar na luta que a Famurs faz de forma muito adequada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Obrigado, Ver.^a Sofia Cavedon. O Ver. Paulinho Ruben Berta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PAULINHO RUBEN BERTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, todos que nos assistem, quem está em casa, a imprensa, na quarta-feira, eu vim a esta tribuna, tentando fazer um alerta e tentando mobilizar as autoridades quanto ao que está acontecendo, na cidade de Porto Alegre, em especial no Eixo Baltazar na Zona Norte de Porto Alegre; disse eu aqui da questão do toque de recolher que está acontecendo em todas as vilas. Aconteceram, no final de semana passado, a imprensa divulgou, oito casos de mortes, assassinatos, chacinas, execuções. Também disse que os moradores não tinham mais direito de sair após as 19h de casa para comprar um pão, para comprar um remédio na farmácia ou para levar o filho até um médico, um hospital, uma UPA ou um posto de saúde. Hoje, eu quero concordar, na totalidade, com o Ver. Janta, que traz, de novo, porque sentiu na pele, pelo que eu pude entender, a dificuldade e o perigo de estar morando nessa região de Porto Alegre. Eu quero dizer mais: nós podemos trazer – e não discordo em momento nenhum – a Guarda Nacional, que aumentem o efetivo da Brigada Militar, que aumentem a Polícia Civil, mas nós ainda vamos estar tapando o sol com a peneira, Vereador! O que nós precisamos, neste País, é mudar a lei! Não adianta a polícia prender, e no outro dia o cara estar na rua – no outro dia ele está na rua com um revólver maior do que o que ele já tinha. Não adianta estar gastando dinheiro à toa, quando a polícia vai para a rua enfrentar marginal – como esse PM que acabou de morrer em Cidreira – e leva para a cadeia, muitas vezes, o policial ainda não conseguiu nem voltar para o quartel e o vagabundo está na rua! Então, tem que mudar a lei, porque nós não temos mais dinheiro, não adianta culpar só os governantes; não tem mais dinheiro para sustentar tanto vagabundo que está nascendo nesta Cidade e no Brasil. Tem que mudar a lei maior, que ela venha para penalizar aquele que comete assassinato, homicídio, que rouba de um trabalhador, que trabalhou a semana toda para ganhar R\$ 150,00, R\$ 200,00 e, muitas vezes, é atacado ao voltar para casa, tiram o dinheiro do seu rancho! Eu concordo, tem que trazer a Guarda Nacional, a Brigada Militar tem que aumentar o efetivo, eu concordo com tudo isso, mas se as casas legislativas, as câmaras de vereadores e todas as entidades que congregam as cidades não se unirem para exigir a mudança na lei maior para penalizar realmente quem comete essa barbaridade que está acontecendo na cidade de Porto Alegre não vai resolver! Nós vamos, de novo, atirar água dentro do rio e, podem ter certeza, que encher, nós não vamos!

Então, eu quero dizer: eu venho do Conjunto Residencial Rubem Berta, Ver. Janta, e o senhor sabe muito bem como é lá, como é a região Rubem Berta, Parque dos Maias, Santa Rosa, Tarso Dutra, Dutra Jardim, Safira, Mário Quintana! Os jornais não querem mais tomar conhecimento, isso eles não querem fazer! Acontecem 15, 20, 30 assassinatos por final de semana e saem 5 ou 6 na imprensa, não tem mais papel para isso! Eu deixo, sinceramente, pela minha família, pelos meus netos, por todos, um pedido às câmaras de vereadores, que estão mais perto da população, muitas vezes, de salvação do morador. Está na hora de mudar a lei maior: tira Dilma, bota Dilma, bota Temer, tira Temer, e eles continuam na rua! Nós precisamos, sim, tomar uma atitude firme para que os juízes tenham leis nas mãos para prender o cara lá. Depois dizem para mim que o presídio está cheio. Vai continuar, agora não tem mais lugar, vão botar aonde? Tiram três e nasce como grama. Parece que, daqui a pouco, nós vamos dar um chute e vão surgir quatro ou cinco na nossa frente.

Todos nós, Vereadores, todos os que representam este País, que querem essa tarefa árdua de ajudar a melhorar o País, têm que começar a melhorar pela lei, e a lei diz que, se o cara matou, não pode estar na rua. Sou contra a pena de morte, mas sou a favor da prisão perpétua. Tem delegados, e aqui temos um no Plenário, tem policiais militares que estão perdendo a vida. Agora, em Cidreira, ficou uma senhora e uma garotinha de três anos, que perdeu o pai que era dedicado, um brigadiano, policial militar dedicado a trabalhar para dar segurança para os outros e levar as condições de vida para a sua família. E nós vamos continuar atirando água dentro do rio, porque não tem condições. De um lado, se prende; do outro, se solta. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Ver. Villela; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, em nome das bancadas de oposição, estamos aqui para fazer algumas cobranças, e, sem dúvida nenhuma, um dos temas dramáticos é a insegurança na Cidade. Eu só quero dizer e vou continuar repetindo que parte da responsabilidade é do atual Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, que teima em não querer a Força Nacional presente aqui. Lá no Nordeste, um governador teve dificuldades e pediu auxílio da Força Nacional. É isso que eu tenho para dizer. Abaixo do Mampituba, nós somos os melhores do mundo. Não somos, estamos no Brasil e precisamos da Força Nacional presente aqui para acabar com a criminalidade, com a violência, com os assaltos, com as matanças, porque já estamos com quase mil pessoas mortas neste Estado, sendo quase 500 aqui em Porto Alegre, neste ano de 2016. Sou daqueles – tenho dito isso aos meus companheiros do PT, do PCdoB e do PSOL – que acreditam que, quando a Prefeitura faz, é preciso reconhecer. Nós temos gravíssimos problemas com o lixo em Porto Alegre, porque, há tempos, a administração errou, colocando contêineres apenas para o lixo orgânico. Deveria ter seguido o exemplo da Prefeitura Municipal de

Caxias do Sul, que colocou um contêiner para a coleta do chamado lixo seco, reciclável, e outro para a coleta do lixo orgânico. Aqui, continuamos errando, continua essa bagunça. Não dá mais para caminhar em Porto Alegre, porque o lixo está por todos os lados. Eu estive no bairro Tristeza, no final de semana, onde encontrei um megalixão. Há pouco, fui comunicado que o novo diretor do DMLU fez o que todos deveriam fazer; portanto, ao Gustavo Fontana, o nosso agradecimento pela prontidão em fazer isso.

Nós temos graves problemas de insegurança, devido a questões aqui já postas, mas a iluminação pública é outro elemento importante, meu caro Ver. Pablo. Eu quero, mais uma vez, dizer que, em alguns momentos, nós tivemos o pronto atendimento do Secretário Rafael Fleck, na SMOV – as bancadas de Governo fazem questão de dizer quando alguém faz o que tem que ser feito. No entanto, nós temos um problema insustentável em Porto Alegre, que são os moradores de rua misturados aos crackeiros, às pessoas que têm doenças psíquicas graves, que estão quase no fundo do poço – ou no fundo do poço! –, que têm um grande problema com álcool e com drogas em geral. É preciso fazer uma separação, fazer uma boa checagem e dar um tratamento adequado, porque, desde 1988, na Constituição, no seu art. 5º, nós temos a questão dos direitos fundamentais e da dignidade da pessoa humana. É indigno, é inaceitável essa situação de você encontrar 47 colchões em pleno Viaduto Otávio Rocha. Imaginem, neste momento, se aqueles que fizeram o viaduto da Otávio Rocha, da Alberto Bins, voltassem à nossa querida Porto Alegre e vissem esse estado... Seria lastimável.

Finalmente, o maior problema de Porto Alegre, além das questões da insegurança, é o problema que diz respeito a todos nós: a inaceitável situação dos ônibus, essa maquiagem que foi feita, essa picaretagem de pintar os ônibus e apresentá-los como novos! Janta, há ônibus em que a tinta está caindo! Maquiaram! É vergonhoso! Inaceitável essa situação! Vamos continuar cobrando transporte coletivo no horário, sem lotação esmagando as pessoas. Pior do que isso: ônibus atrasado, lotado e sujo! A Prefeitura entregou o filé mignon, a Auxiliadora, para uma empresa privada. Era um ônibus da Carris maravilhoso; hoje, um lixo ambulante transportando passageiros! O Restinga Velha sempre está atrasado, de manhã e no fim do dia. É um escândalo! Posso falar a mesma coisa do Rubem Berta, do Leopoldina, do Belém Velho, etc. O sistema faliu e a EPTC foi para as cucuias junto, porque não faz o seu dever de casa.

Muito obrigado. Falei em nome das oposições, do Partido dos Trabalhadores, do PCdoB e do PSOL.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, colegas assessores, quem nos ouve pela TVCâmara, eu estava ouvindo os discursos sobre

segurança pública, os desmandos, os descasos, os direitos humanos, os encaminhamentos aqui postados pelos colegas. Inclusive, meu querido amigo Paulinho Rubem Berta, quero dizer que algumas questões nós estamos trazendo e aumentando o discurso de que o culpado é o juiz ou o Poder Judiciário que solta, quando a polícia prende. Eu não entro nessas fileiras – e poderia entrar, tranquilamente, porque eu sei o trabalho que a Polícia tem feito nas diversas operações, nas prisões. Inclusive, hoje, há um retrocesso com as delegacias cheias de presos, criando uma bomba, uma situação em que um dia alguém vai registrar uma ocorrência e vai ter uma fuga, um homicídio, um sequestro ou um problema maior.

Mas leis, a gente tem muitas, senhores! Acho que não é o juiz o culpado, quando solta. Eu até vou dizer mais: acho que os grandes culpados não são os Bala na Cara. Até acho que não é a Turma do Alemão ou a Turma da Serraria e não sei mais o quê. Eu acho que os culpados para isso que está acontecendo em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul e no Brasil... Não são as leis que nós temos que trocar, nós temos que trocar quem faz as leis, nós temos que trocar os parlamentares. Esse discurso que nós fizemos, e muitas vezes a gente passa a mão por cima, porque são colegas, porque não queremos que se fale dos políticos, porque, de repente, vira um cesto, um balaio de gato, que todo mundo é igual e se generaliza. Não senhores, nós temos que punir. Porque aquele canalha que embolsou dinheiro da Petrobras, aquele canalha que embolsou dinheiro nosso, público, esse mesmo dinheiro que foi para o bolso dele, ou que foi para a Suíça, ou outros lugares, deixou, de repente, de investir em segurança pública, em saúde, deixou de investir em escolas. Eu acho que a mudança está nas escolas, no ensino público, no investimento. E aí nós ouvimos falar em políticas, que nós temos leis e não temos presídios. Não temos presídio, realmente não temos presídio. E, se perguntarmos para a comunidade de sua cidade se ela quer um presídio, não quer! Aqui mesmo, no Belém, era para ter uma FASE e não quiseram. Alguns prefeitos tiveram a coragem de dizer: “Sim, eu quero um presídio, mas em troca eu quero investimento em educação, saúde ou coisa parecida”. Mas poucos tiveram essa coragem. Então, nós temos que parar de fazer o discurso que, muitas vezes, querem que a gente faça. Cadê o dinheirinho do Detran? Será que aqueles senhores devolveram aquele rombo que deram no Detran? De repente, poderia estar sendo usado para comprar gasolina, porque, pasmem, senhores, a gasolina dada pelo Estado hoje para cada viatura fazer o seu trabalho é de R\$ 200,00, ou seja, 55 litros; não dá um tanque. Acerca dos policiais, agora vou falar que sou o maior defensor, morreu um brigadiano sábado agora. E está na hora de irem para a rua, de fecharem os quartéis; têm que mostrar algumas situações que estão erradas. “Ah, mas nós não podemos fazer greve”. Mas têm que mostrar! Não foram à rua! “Está tudo *o.k.*, está tudo bem, está tudo muito bom. Botar a mesa e pagar as contas com R\$ 650,00, está muito bom.” Então, nós temos que começar a olhar algumas outras situações além da mudança de lei. A lei está aí para ser mudada e não houve muitos avanços não, Vereador, não houve avanço nenhum, muito pouco. Estamos cheios de projetos que não vão mudar muito a vida, não, porque quem está no poder não está a fim de que isso aconteça. Nós temos que começar a pensar, senhores, em mudar a realidade, e, para quem está ouvindo, pode me

incluir, quem sabe? Vamos fazer renovações, se for o caso. Mas quem está no poder, na sua maioria, não todos, mas aqueles que continuarão no poder, que roubaram, que tiraram da boca de crianças, que fecharam creches, deixaram de abrir porto de saúde, deixaram de construir escolas, aqueles continuarão lá. Aí não se pode falar em mudança em saúde, não se pode falar em mudança na segurança pública, não se pode falar em educação. Nós vamos ter o Brasil que está aí, e continuaremos a ter o Brasil que está aí, e continuaremos sem segurança pública e continuaremos sem saúde, porque esses senhores engravatadinhos que estão lá, que levam o seu dinheirinho para a Suíça, que põem a mão no dinheiro público, no nosso dinheiro, esses aí, enquanto continuarem lá, não adianta mudar a lei, e não vão mudar a lei. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; vou começar pelo fim de semana. Ontem, eu fui ao Leopoldina, fui ao Rubem Berta, para me certificar daquelas gravações que surgiram na sexta-feira, Ver. Cláudio Janta: estão assaltando aqui, estão fazendo arrastão ali, fazendo lá, mas, nos locais em que estes bandidos fizeram as gravações, não houve não, não houve arrastão. Podem ter ocorrido todos os outros incidentes, mas os daquelas gravações não; estavam inventando, e a polícia está investigando de onde partiram.

Eu estava conversando com as pessoas e apareceram dois taxistas, Delegado Cleiton. Nesta época em que estamos tratando do assunto do Uber, nós temos também que falar das coisas que o Poder Público não está cuidando com relação aos taxistas. Por exemplo: todo taxista paga o tal do GPS que está instalado no carro, ou rastreador, como queiram chamar. A grande maioria deles está com problema. O dono de um táxi me mostrou ontem – ele e o filho trabalham com o mesmo táxi – que, pelo GPS, o carro está parado, é como se estivesse parado há quase um mês. Como é que a EPTC não vê isso? Para o que serve esse GPS, esse rastreador, se a EPTC não controla se o carro está parado ou não? A EPTC não sabe que esse carro está parado, há 20 dias, no mesmo local, não toma providências ou não vai ver se esse carro foi abandonado, foi assaltado ou por que não está trabalhando, porque, afinal de contas, o táxi tem que estar nas ruas. Ele está na rua, está trabalhando, só que a EPTC não vê, e a gente olha para o GPS desse carro e ele está parado. Acho isso um absurdo! Tem que cuidar, a EPTC tem que regulamentar o Uber, mas tem que cuidar daqueles que estão cobrando muito, que é do taxista. Por que cobrar, exigir o GPS e não tomar providências? Então, Cappellari, por favor, dá uma olhada no GPS; se essa empresa não está cuidando direito, rompa-se o contrato e vamos fazer alguma coisa que ajude o motorista de táxi realmente na segurança e que ajude a população, mas assim não dá. Só quem está ganhando é a empresa que explora o GPS ou o rastreador nos táxis. Eu estava escutando o Delegado Cleiton falando sobre os R\$ 650,00 – claro que é um pouquinho mais, a situação do

Estado está ruim. Mas só queria lembrar o Delegado Cleiton que o maior ídolo dele e de grande parte do Estado do Rio Grande do Sul, o Dr. Leonel Brizola, não só não pagava os R\$ 650,00, como dava as brizoletas. Queria pedir para o Delegado Cleiton olhar no Google e saber o que são as brizoletas e quando aconteceu isso. Não eram nem R\$ 650,00, não era nem dinheiro! E a maioria não era aceita nem em boteco. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Obrigado, Ver. Cecchim. O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. GOULART: Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Guilherme Socias Villela; minhas colegas e meus colegas Vereadores e quem nos ouve. Eu estava preparado para falar num assunto parecido com esse que o Ver. Cláudio Janta trouxe aqui para a tribuna e foi acompanhado pelos outros colegas. Eu poderia fazer uma inclusão nisso que foi dito. A primeira coisa que temos que fazer, Ver. Delegado Cleiton, é pressionar os nossos Deputados Federais, os nossos Senadores, para tirarem a progressão da pena. Essa é a primeira coisa que temos que fazer, para acabar com esse problema. Se os governantes têm que abrir outros presídios, têm que investir, os dirigentes têm que fazer isso, têm que fazer! É uma maneira de se resolver o problema social.

E outra coisa: acho que nós temos que voltar a discutir o problema da cadeia perpétua, porque não fica bem, ainda mais para um médico, dizer que é completamente a favor da pena de morte; mas estupro com morte, rapto com morte, latrocínio, isso aí bem que podia ter uma pena bem mais forte, porque isso é uma covardia. E depois tem o seguinte: por que motivo passa na cabeça da gente a pena de morte? Porque aquele indivíduo comete duas, três, quatro vezes o mesmo crime, Paulo Brum, ele repete os crimes. Qual é a desculpa que a gente vai dar pelo segundo que ele matou, pelo terceiro chefe de família que ele matou? E pelo taxista que ele matou? Qual é a desculpa que nós, autoridades, vamos dar? Ele deveria estar preso, mas o tipo de lei que nós obedecemos libera o indivíduo, e o indivíduo vai lá e mata outra pessoa. Quando há um tumor que vai matar alguém, a gente tira o tumor. Quando há uma doença que vai matar alguém, a gente mata a doença. E eu fico imaginando como podem liberar as pessoas que a polícia prendeu agora de manhã e de tarde estão voltando para o mesmo lugar, para fazer o mesmo crime na frente dos brigadianos, na frente da Polícia Civil.

Mas o que eu ia falar não era isso; o que eu ia falar é o seguinte: o que é esse cartão postal da nossa Cidade com as pessoas se mudando para baixo dos viadutos, se mudando para os cantinhos? Tem até uma casa de madeira ali, de dois pisos! Não sei como não cai a parte de cima, que é de compensado. Não existe uma lei, Janta, que não quer que as pessoas sujem o meio ambiente, porque serão multadas. Vocês já viram como é ao redor das casas dessas pessoas que moram embaixo das pontes? Como são as casas desses que moram em puxadinhos? São completamente sujas, são poluídas, são degradantes. E nós não fazemos nada por isso? Acho que nós vamos ter que fazer pelo

menos um grupo de estudo, um grupo de trabalho para ver o que vamos apresentar, porque se chegarmos pedindo a punição desses indivíduos, que estão infringindo a lei, os Direitos Humanos dirão que nós estamos completamente errados. Porque os Direitos Humanos, às vezes – nem sempre –, têm o olhar para a pessoa que infringi, para o infrator, e não tem uma visão para a sociedade. Eu acho que nós precisamos dar uma estudada melhor nisso. Um Vereador sozinho não vai conseguir fazer nada frente a essa situação. É uma situação nojenta, revoltante, poluente, infectante! Acho que o problema dos CAPSs, que são os atendimentos psiquiátricos, também colabora para esse tipo de situação. Quantas pessoas daquelas que, quando tu vais falar, tu vêes que são autistas, são doentes mentais e que as famílias, os CAPSs não conseguem recolher, e, além disso, houve fechamento dos manicômios, os hospitais não têm tantas vagas para as pessoas e eles ficam por aí perambulando pelas ruas, dormindo pelos cantos, fazendo xixi nas árvores e nos postes. Eu acho que vou propor uma comissão para estudarmos, juntos, qual a saída vamos dar para isso. Mais do que haver uma saída política tem que haver uma saída técnica, tem-se que fazer um estudo, porque me parece que as autoridades estão serenas demais frente a essa sujeira, a essa imundície, a essa usurpação do nosso cartão de visita desta Cidade que foi alegre e bela.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Solicito ao 1º Secretário, Ver. Paulo Brum, que proceda à chamada nominal para verificação de quórum, a fim de entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Não há quórum.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Mauro Pinheiro.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, colegas Vereadores, Vereadoras, Ver. Bosco, efetivamente há pouco eu falei aqui e fiz duas menções elogiosas a dois Secretários que cumpriram suas funções nos últimos dias, quando fiz demandas. Também sempre digo que nós temos graves problemas no transporte coletivo de passageiros, mas conversamos, dias atrás, com o Cappellari e levantamos um conjunto de questões. Ver. Mauro Pinheiro, por isso agradeço a cedência do seu tempo. Estava conversando antes com outros colegas Vereadores, não sou uma voz isolada, não quero ser o Joãozinho do passo certo, mas quem está com o passo errado são os donos das empresas de ônibus que desrespeitam a população, tripudiam a população, não cumprem qualquer horário nos itinerários decididos pela EPTC, pelo Conselho Municipal de Transporte Urbano – Comtu. Os ônibus vivem atrasados, lotados e sujos. Imaginem a situação que a gente vive.

Nós estamos começando agora um debate sobre o mobiliário urbano, e sei que, amanhã, na minha comissão, vamos ter um debate sobre mobiliário urbano e pessoas com deficiência, Ver. Paulo Brum. Colocar mobiliário urbano é fundamental na parada dos ônibus. Colocar outros equipamentos é muito importante, mas eu não consigo entender a falta de planejamento e gestão quando se vai colocar uma lixeira em algumas ruas, após tantas demandas. Eu não posso me queixar porque na Rua Riachuelo foram repostas as lixeiras de ponta a ponta, mas vou me queixar sobre a forma: foram afixadas de forma inadequada. Não bastasse a forma inadequada, com pouca firmeza, os vândalos andam soltos e derrubando lixeiras. Se uma lixeira fica torta, nós sabemos da famosa teoria das janelas quebradas: vão quebrar a segunda, a terceira e a quarta, e assim é com as lixeiras. Esses contêineres, que sempre chamo de avós dos contêineres, agora vou começar a chamar de bisavós, porque já tem uma geração diferenciada de onde eu conheci os primeiros contêineres, que foi na cidade de Barcelona, na Espanha, só que Barcelona já abdicou dos contêineres para colocar, hoje, o lixo em um sistema de sucção que vai diretamente para as usinas. Nós não estamos ainda nesse patamar; somos o Brasil, somos o Rio Grande do Sul, mas podemos avançar – e muito. Nós temos que colocar isso na pauta, as preocupações com a Cidade. E a minha primeira preocupação é com o transporte de passageiros. Eu sempre digo que o deslocamento, a circulação, a acessibilidade e a mobilidade ocorrem quando colocamos o pé na calçada. Nós temos calçadas quebradas. Vejam o seguinte: vou pela rua André da Rocha, as pessoas são multadas se não arrumam as calçadas, mas na subida da escadaria – portanto, numa calçada pública -, eis as fotos que tirei – não dá para mostrar aqui agora, porque não trouxe o *pen drive* -, com as quais eu já cobre a arrumação. Então, é o Poder Público tem que fazer.

Vejam o seguinte: o Governo do Estado passou dez anos com aquele prédio fechado que fica na esquina da Ladeira com a Andrade Neves. Agora, que foi ocupada pelos Lanceiros Negros, quiseram desocupar. Mas, Jussara Cony, como está a calçada em torno do prédio ocupado pelos Lanceiros Negros? Toda detonada! De quem é a responsabilidade? Do Estado. O Estado não faz o seu dever e quer que os outros façam o dever de casa! Eis a incongruência. É por isso que as pessoas não acreditam mais em nada. É por isso que as pessoas estão desgostosas. É por isso que nós estamos vivendo esse drama. Nesse sentido, eu volto a insistir: é preciso, aqui, Ver. Bosco, seja de situação, seja de oposição, colocar as coisas e cobrar, não importa quem esteja no Governo. Falei de uma tarefa do Governo Municipal, mas também falei do Estado, são partidos diferentes, inclusive. E se fosse do PT, eu cobraria da mesma maneira. Eu quero lembrar aqueles que viviam me atazanando, dizendo que quando eu fosse para o Governo – no caso, quando fui para a SMIC -, queriam ver o que é que dava, porque eu criticava meu próprio Governo. Pois é, eu fui lá e fiz, eu estou aqui para fazer. Nós não estamos aqui para fazer piquenique, apesar de que o cafezinho, às vezes, é bom, só poderia melhorar, não é? Mas a gente vai levando. Muito obrigado, essa é a minha posição.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Paulo Brum está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Comunicações.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Presidente Villela, na pessoa de V. Exa. cumprimento os Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara. Nesta Semana de Inclusão Escolar, Ver. João Bosco Vaz, na condição de Líder da Bancada do PDT, não poderia me furtar de fazer aqui um registro em nome da Liderança do nosso Partido, por tudo que representa e representou sempre a educação, como uma prioridade pautada no nosso programa partidário, no estatuto do PDT, praticamente a principal bandeira, sempre empunhada por Leonel Brizola, quando da implantação de turno integral, tanto aqui no Rio Grande do Sul como no Rio de Janeiro. Essa questão da educação, no cenário dos últimos anos, teve uma importância na participação dos dois Secretários de Estado, tanto o José Fortunati, hoje nosso Prefeito, como o Vieira da Cunha, que até há pouco ainda respondia pela educação no Rio Grande do Sul.

Quero cumprimentar aqui a Professora Cleci, que tem sido uma batalhadora das causas da educação no nosso Município, inaugurando uma série de novas escolas, preparando, alicerçando, fundamentando uma gestão de eficiência e qualidade e nutrindo as futuras gerações para que, num diálogo com o futuro, possamos ter crianças com uma formação em nível municipal e uma cabeça boa para tocar o nosso Município com bom senso, com discernimento.

Nesse sentido, Ver. Paulo Brum, fiz um projeto de lei que foi aprovado, o Banco do Livro, de incentivo à leitura. Ver. Adeli Sell, nós estamos às vésperas da Feira do Livro em Porto Alegre, segundo maior evento depois da Bienal de São Paulo, o senhor sabe, no que diz respeito à estruturação e incentivo à leitura, da compra e venda de livros na nossa Cidade. O nosso Governo se empenhou sobremaneira para qualificar aquele espaço da Praça da Alfândega, no Centro de Porto Alegre. Hoje a Praça da Alfândega está repaginada, houve uma reurbanização com foco inclusive na poda de árvores, iluminação, qualificação de passeios... Então quero dizer que a gente vem acompanhando essa questão da importância da educação nesse cenário e da priorização de uma política pública para estabelecer também avanços importantes através do nosso mandato. E eu quero dizer que o Banco do Livro, sem dúvida nenhuma, é uma contribuição importante. Eu estive visitando o Banco do Livro, na FIERGS, que nos inspirou a traçarmos também para Porto Alegre uma política pública de acervo de livros, através dessas doações, porque realmente é fantástico o trabalho realizado por eles, não só no que diz respeito ao acervo de livros, onde é feita toda uma seleção e atualização. Eu trago aqui um exemplo das atualizações de algumas edições, por exemplo: às vezes, um dicionário, por funções relativas à atualização da Língua Portuguesa e sua gramática, fica obsoleto, mas uma pequena observação relativa à meia dúzia de modificações faz com que não se perca aquela obra. Então esse trabalho é realizado de uma forma estruturada, pela FIERGS, aqui em Porto Alegre, com a doação

de bibliotecas inteiras, especialmente priorizando a questão do acervo para casas prisionais, para a reinserção social do preso, enfim, com o incentivo à prática da leitura. Inclusive aquela estrutura estabelece ali critérios de fornecimento de equipamentos para a leitura, prateleiras, bancadas, mesas, cadeiras... Então foi muito inspirado nisso que a gente propôs esse tipo de iniciativa aos nobres Pares, o que já foi aprovado e é lei em Porto Alegre. Quero deixar esse registro nesse período de Comunicações, porque realmente a educação é a única ferramenta que pode libertar a nossa sociedade e transformar a nossa Nação. Falo aqui porque acredito nessa bandeira que deve ser empunhada e priorizada naquilo que for possível na nossa esfera municipal, assim como na estadual e nacional. Acredito em políticas públicas de fortalecimento da educação como ferramenta de libertação da nossa Nação. Fica aqui o nosso registro e agradeço pela tolerância de mais um minuto para nossa intervenção. Muito obrigado pela atenção de todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Obrigado, Vereador. Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 2613/15 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 246/15, de autoria do Ver. Engº Comassetto, que cria o Programa de Fortalecimento da Agroecologia e da Produção Orgânica.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1904/15 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 178/15, de autoria do Ver. Adeli Sell, que estabelece normas para a arrecadação e a encampação de imóveis urbanos abandonados no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 1363/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 155/16, de autoria do Ver. José Freitas, que reconhece a pessoa com visão monocular como pessoa com deficiência.

PROC. Nº 1447/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 138/16, de autoria do Ver. Paulo Brum, que altera o § 2º do art. 4º da Lei nº 6.442, de 11 de setembro de 1989 – que estabelece a isenção do pagamento das tarifas de transporte coletivo do Município de Porto Alegre aos excepcionais e seus acompanhantes, cadastrados pela

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre - APAE/POA, aos menores “carentes”, matriculados ou vinculados a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor, FEBEM, e ao Movimento Assistencial de Porto Alegre, MAPA, e dá outras providências –, e alterações posteriores, isentando as pessoas com deficiência da renovação da carteira de identificação.

PROC. Nº 1468/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 139/16, de autoria do Ver. Dr. Goulart, que institui campanha de prevenção ao câncer do colo do útero.

PROC. Nº 1834/16 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 019/16, que declara de utilidade pública a Entidade União Brasileira de Educação e Assistência - UBEA.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, hoje, em segunda sessão de pauta, tem um projeto de lei de minha autoria que estabelece normas para a arrecadação e encampação de imóveis urbanos abandonados no Município de Porto Alegre. Isso, em termos jurídicos, pelo nosso Código Civil, se chama derrelição. É uma tragédia que estamos vivendo na cidade de Porto Alegre com relação ao número crescente de prédios abandonados. A gente sempre se lembra desse prédio azulzinho na esquina da rua Marechal Floriano Peixoto, ali naquele feudo dos inferninhos da Cidade, onde, de quando em quando, pessoas são mortas de forma trágica, e as coisas continuam acontecendo. Esse prédio está abandonado e tem tudo para cair. Não sei quem é o dono, mas evidentemente é um irresponsável. Nós estamos verificando, não só no Centro Histórico de Porto Alegre, mas no 4º Distrito, em alguns outros bairros mais antigos, um conjunto de prédios abandonados. E se nós formos fazer uma fiscalização, nós vamos ver, junto à Secretaria da Fazenda do Município, que, muitas vezes, não está pago o Imposto Predial e Territorial Urbano. Também o mesmo acontece com terrenos. Eu citei antes e verifiquei uma imensa gleba de terra em pleno bairro Tristeza, onde havia um lixão – o DMLU acaba de me avisar que limpou -, há essa gleba de terra que está abandonada, e, segundo informações que tenho, tem dívidas e não existe um mecanismo, na Prefeitura, um grupo de trabalho, para tratar com os donos, para tratar com os vizinhos para ver o que está acontecendo ali. Dias atrás teve um caso semelhante lá na Vila Nova, a mesma situação. E vão acumulando dívidas, a Prefeitura não cobra, entra em processo de decadência, quando não é anotado, e assim vai acontecendo. Por isso fiz esse projeto de lei, com base, inclusive, em um artigo brilhante do nosso Procurador de Justiça Armando Lotti. Sei que tem uma cidade no Rio Grande do Sul que tem uma lei municipal. Por que a lei municipal? Porque dá todas as condições para a municipalidade agir. Já tem, em certo sentido, uma lei federal, pouco conhecida, mas, quando você faz uma lei municipal, você dá ao Executivo - constitucionalidade está dada pelo Código Civil - os parâmetros que a Prefeitura deve seguir, tudo dentro da legislação vigente no País. Creio que com isso estarei

contribuindo. Penso, por exemplo, no caso do esqueleto no centro da Cidade, e o Ver. Bernardino faz coro junto comigo de vez em quando. Lá temos um caso típico, pessoas estão pagando IPTU e outras não pagaram. Portanto, com a minha legislação, aquelas economias que não pagaram podem sofrer desapropriação e ponto, não tem papo. O Janta conhece bem, é próximo ao seu sindicato. Essa situação pode ser resolvida. Eu, inclusive, para meus colegas que estão na Comissão de Constituição e Justiça, vou pedir que no dia em que tiver a reunião possam me chamar para eu poder explicitar juridicamente onde fui buscar essa legislação. Aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, me parece que não tem muita discussão nas outras Comissões, porque quem vai ser contra resolver os problemas de prédio e terreno abandonados em Porto Alegre? Nós achamos um caminho que acho que é legal, constitucionalmente sólido, e a Comissão de Constituição e Justiça, por favor, me chame, vamos aprovar e vamos chamar depois uma aprovação imediata para que no ano que vem a gente possa começar um novo patamar na legislação sobre os terrenos e os prédios abandonados na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Visivelmente não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h03min.)

* * * * *